

ANTONIO REZK\*

Do mesmo modo que [a burguesia] subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.[...] Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

Karl Marx

*Manifesto do partido comunista*

Para além da burguesia, ou subsistindo a ela e pairando sobre a formação da Europa moderna, resta o fato da agressividade de povos bárbaros que, ao conquistarem os restos da antiga civilização greco-romana, dominaram o continente europeu e, a partir dele, pela força de uma violência sem limites e da mercantilização como fundamento da riqueza e do poder, apropriaram-se do mundo. A burguesia foi o agente histórico da modernidade e o capitalismo o seu instrumento de poder. Como sistema *sedutor* da vontade humana, ou ideologicamente *conciliado* com a natureza humana.

O capitalismo penetra nas crenças modernas relacionadas à individualidade e explora aquilo que alguns considerariam os motivos humanos mais indignos, a ganância e o egoísmo, para produzir padrões de vida crescentes. Quando se trata de prover as vontades e os desejos de cada indivíduo, independente de o quão fútil possam parecer para os outros, nenhum sistema chega aos seus pés.<sup>1</sup>

Naturalmente, Thurow interpreta a ideologia corrente, no seu perfil econômico, e não a qualidade social do sistema, numa visão momentânea e descaracterizada da natureza política da dominação. Ou seja, o sistema econômico como um fim em si mesmo, que procura perpetuar-se. E esse sistema está ligado à sua matriz ideológica ocidental, que vem condicionando o comportamento dos indivíduos, modelando a sua configuração política, até no reformismo que procura superar a crise sistêmica com uma reformulação do Estado.

As verdades eternas do capitalismo [*sic*] — crescimento, pleno emprego, estabilidade financeira, salários reais em ascensão — parecem estar desaparecendo

juntamente com os inimigos do capitalismo. Alguma coisa tem de ser mudada para alterar esses resultados inaceitáveis, para que o capitalismo sobreviva. Mas o que é *ela*? E *como ela* pode ser mudada?<sup>2</sup>

Não cansa o Ocidente em buscar a sua perpetuação no sistema por ele gestado, como se a história fosse um perpétuo negócio. Mas, a hegemonia da modernidade ainda está com ele.

O Ocidente conquistador tornou-se vitorioso e supremo. Com a supremacia do poder, a supremacia das idéias. A ideologia predominante, com suas *verdades* abstratas, é ocidental. A religião *verdadeira* é a cristã ocidental — não importando as suas seitas, que se fundamentam num evangelho comum, intensamente ocidentalizado —, que correu com os seus missionários a catequizar os povos. O Estado modelo é o ocidental, com a sua tripartição de poderes. A filosofia é ocidental, com a ideologia alemã a dizer que só o alemão favorece o pensamento filosófico, logo o saber só pode ser produzido e apropriado pela Europa. As escolas literárias são européias, o idioma predominante vem da Europa, a música é do Ocidente e a ciência seu patrimônio final. A moeda é ocidental. Ao fim e ao cabo, a economia mundializada pertence ao Ocidente, assim como as suas deduções políticas: o capitalismo, a burguesia, o proletariado, o imperialismo, o liberalismo e o marxismo. O mundo atinge, então, o apogeu do império e a sublimação do colonialismo: a síntese de um sistema que se fecha sobre si mesmo, completando um ciclo absoluto da história.

A cultura ocidental, em razão da sua hegemonia política e econômica sobre o mundo, nos últimos séculos tornou-se o único *paradigma* da civilização e a *medida absoluta* da civilidade. Com a sua síntese norte-americana, a Europa passou a simbolizar o civilizatório. Os demais espaços do mundo tornaram-se periféricos, espaços da subcultura. A ciência tornou-se patrimônio ocidental, universalizando leis, terminologias, conceitos. Definiram-se os parâmetros do conhecimento geral, pelos quais a inteligência dos demais povos foi sendo moldada e condicionada. Da primazia na apreensão, abordagem e apropriação das leis científicas do Universo físico transitou-se para o universo das relações humanas, fluido e opaco, para o qual estabeleceram-se normas *definitivas*, as quais, ainda que

\* Coordenador do Movimento Humanismo e Democracia; diretor do Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas-Ipsso.



marcadas pela idiossincrasia do *ethos* europeu, mundializaram-se como verdades comportamentais e culturais, sobretudo como modelos sociais, a partir dos quais se identificam as nações como civilizadas ou incultas. E, de forma mais profunda ainda, no modelo das idéias e na metodologia do pensar da Europa ocidental, *capturou-se* a inteligência de todos os povos, numa alienação indefectível do intelecto culto dos colonizados. Ou se pensa à *européia*, ou não se pensa *validamente*. O Ocidente tornou-se sinônimo de civilização, universalizando os seus conceitos como definitivos e únicos do conhecimento geral. Assim, os demais povos que pretendessem *modernizar* as suas nações teriam que reproduzir o modelo ocidental europeu. Pedro, o Grande, moderniza a Rússia começando pelo calendário e tomando o Ocidente europeu como sinônimo de modernidade e de Europa. Desaparecido o império otomano, Mustafá Kemal organiza a nova nação turca sob os moldes da cultura ocidental. *Reinventa* a língua turca com a substituição da escrita arábica pelo alfabeto latino. O Japão *moderniza-se* copiando essa Europa da burguesia ascendente, que seduz as elites de todos os povos. A América tornou-se a extensão territorial desse Ocidente poderoso, que é capaz de produzir intelectuais e pensamentos revolucionários que influenciam todos os povos, e os EUA a síntese completa desse absoluto cultural. A China e a Índia, *jóias do império*, orbitam esse centro majestoso, que transformou a África no seu pasto e a Arábia na sua fonte de energia.

É o *Imperium Mundí* ocidentalizado como ideologia e processo. O Ocidente como inteligência final da humanidade, numa trajetória fantástica de conquista, quando a “generalização e universalização da modernidade capitalista neste fim de século XX, concede-lhe um substrato concreto que não estava presente, por exemplo, quando Hegel pensou, como desdobramento da revolução francesa, sem que houvesse feito uso enfático desses termos, o fim da história na realização do projeto de império universal, sob a forma de exteriorização do espírito absoluto”.<sup>4</sup> Conseqüentemente, a modernidade é européia. A vitória e o fortalecimento da democracia representativa, com toda a sua carga ideológica *totalitária*, e a sua difusão modelar pelo mundo, é uma vitória desse Ocidente imperial. É, sem dúvida, o ápice da civilização econômica.

O Ocidente conquistador tornou-se vitorioso e supremo. Com a supremacia do poder, a supremacia das idéias. A ideologia predominante, com suas *verdades* abstratas, é ocidental.

Esse paradigma atinge o seu apogeu, como economia e como cultura. E atinge a sua crise maior, na reversão da expansão e na aceleração da concentração, caminhando para a sua ruptura. A ruptura desse modelo de ordenamento sócio-cultural e econômico — fruto da sua maturação histórica — será imprescindível para o avanço da civilização a um patamar superior de poder e de conhecimento.

Aquele movimento ondular, de fluxo e refluxo da civilização, na polarização Oriente-Occidente, deve começar — pela mundialização do capitalismo e da crise social, também mundial, que ele está engendrando — a ser substituído por uma civilização única, de apropriação social definitiva do planeta e de integração justa de todos os povos. No entanto, esse ainda é um processo em gestação que obrigará a humanidade a uma árdua luta para a sua conquista. Por enquanto, a qualidade do sucedâneo

está posta como uma indagação. Existe a possibilidade de uma ruptura partindo do seio do sistema. Como, também, a mudança poderá vir por uma ação periférica, concluindo o processo de desordenamento interno das nações hegemônicas, pelo esgotamento da sua energia central, com a saturação do sistema econômico ali nascido e mundializado na hegemonia suprema do Ocidente. Aqui, esta afirmação tem um conteúdo especulativo. Mas é uma especulação lastreada nos precedentes históricos, tanto da liquidação do império romano, quanto da expansão européia moderna. Todavia, limitemo-nos à especulação, até que o nosso raciocínio possa demonstrar a veracidade da afirmação.

Contudo, esta é uma especulação de um *não-ocidental* que arrisca pretender interpretar a história e a sua dialética de um prisma universal não-ocidental, ou seja, não *ideologizado* nos padrões conceituais e metodológicos firmados pelo Ocidente conquistador e dominador, que toma os espaços do mundo e dos povos como seu limite patrimonial íntegro. No entanto, não será fácil libertar-se desses paradigmas, que nos colocam frente a uma realidade mundial já padronizada e consolidada na mente dos indivíduos, e cuja crise confunde agora os seus teóricos na previsão indefinida do seu futuro, como observa Arrighi, ao finalizar o seu livro, parafraseando Schumpeter,



antes que a humanidade sufoque (ou se refestele) na masmorra (ou no paraíso) de um império mundial pós-capitalista, ou de uma sociedade de mercado capitalista mundial, é bem possível que ela se inflame nos horrores (ou nas glórias) da escalada da violência que acompanhou a extinção da ordem mundial da Guerra Fria. Nesse caso, a história capitalista também chegaria ao fim, mas voltando de forma vigorosa ao caos sistêmico de que partiu há seiscentos anos, e que foi reproduzindo em escala progressivamente maior a cada transição. Se isso significaria o fim apenas da história capitalista, ou de toda a história humana, é impossível dizer.<sup>5</sup>

Não existe, hoje, termo mais usado e abusado do que a palavra *crise*. Embora o sistema, de *per se*, tenha sido sempre uma sucessão de crises, naturais da dinâmica contínua de rupturas que ele enseja com os avanços cada vez mais rápidos das forças produtivas, na atualidade, no entanto, a crise origina-se das mudanças estruturais profundas, tanto na base da produção econômica, quanto nos veículos de informação e comunicação, como na qualidade avançada da ciência como fator de riqueza e de poder. Sendo a crise estrutural, ela adquire uma característica aparentemente sinistra ou decisória quanto aos rumos da civilização. Assim como a indagação de Arrighi, sobretudo após o fim da União Soviética, abundam nas análises sociológicas ou econômicas, desde cientistas, passando por historiadores e indo até alguns analistas políticos — estes, em geral, com menor clareza —, manifestações de estupefação quanto ao presente e incertezas quanto ao futuro.

O atual sistema internacional parece irremediavelmente condenado a autodestruição [...] A década de 1980 assistirá às crises mas ainda não testemunhará uma síndrome de crises interligadas, as quais agravar-se-ão mutuamente. Procedimento de emergência poderá retardar a chegada da crise final, mas não impedi-la. Os esforços cada vez mais desesperados para tirar um país após outro de uma catástrofe financeira, da fome, da revolta talvez possam restabelecer um equilíbrio precário, entretanto os períodos de graça serão gradativamente mais curtos e aleatórios.<sup>6</sup>

Capra também registra a sua estupefação:

As últimas décadas de nosso século vêm registrando um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida [...] uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no Planeta.<sup>7</sup>

E René Dumont começa também trágico:

Quando os nossos descendentes lerem a história deste fim de século (será possível escrevê-la?), terão dificuldade em compreender por que os dirigentes políticos e todos os responsáveis pelos países desenvolvidos não tomaram consciência a tempo da extrema gravidade da situação nem agiram em conseqüência [...] a humanidade dirige-se para sua perda, se ela se mostrar incapaz de desviar totalmente a evolução de nossa sociedade de consumo; em suma, se continuar a revelar-se irresponsável.<sup>8</sup>

E Kurz procura demonstrar o colapso da modernização,<sup>9</sup> enquanto David Harvey observa que

uma interpretação adequada da ascensão do pós-modernismo tem de se haver com a natureza da modernização. Somente assim poderá ela ser capaz de julgar se o pós-modernismo é uma reação diferente a um processo imutável de modernização ou pressagia ou reflete uma mudança radical da natureza da própria modernização, rumo a, por exemplo, algum tipo de sociedade *pós-industrial* ou mesmo *pós-capitalista*.<sup>10</sup>

Enquanto Kennedy conclui um estudo sobre as perspectivas para o século XXI observando que

o ritmo e a complexidade das forças da mudança são enormes e assustadores; não obstante, ainda pode ser possível que homens e mulheres inteligentes liderem suas sociedades na complexa tarefa de preparar-se para o próximo século. Se tais desafios não forem enfrentados, porém, a humanidade só poderá culpar a si mesma pelas perturbações e os desastres que podem estar à nossa espera.<sup>11</sup>

Fukuyama também finaliza o seu livro dizendo:

Alexandre Kojève acreditava que no fim a própria história reclamaria a sua racionalidade. Isto é, parariam na cidade carroças suficientes para fazer com que qualquer pessoa razoável, observando a situação, fosse forçada a concordar que tinha havido uma única jornada e um único destino. É duvidoso que tenhamos chegado a esse ponto agora, pois a despeito da recente revolução liberal em todo o mundo, a evidência que temos agora a respeito da direção das carroças desgarradas continua provisoriamente inconclusiva. Também, em última análise, não podemos saber, admitindo-se que a maioria das carroças tenha chegado à mesma cidade, se seus ocupantes, depois de examinarem suas novas paragens, não as acharão inadequadas e não voltarão os olhos para uma nova e mais distante viagem.<sup>12</sup>

E Forrester<sup>13</sup> lança um veemente discurso e uma consistente crítica contra a ideologia do trabalho que se nega a ver a profunda crise social que está sendo



gestada no mundo, assunto que um pequeno grupo do Movimento Humanismo e Democracia-MHD — em São Paulo e em Belo Horizonte — já discute desde 1991.<sup>14</sup>

Sem dúvida, nunca, no passado, a humanidade teve diante de si a perspectiva do seu próprio extermínio. Neste século — embora não perceptível à grande maioria da população — os homens mais informados puderam perceber a fragilidade da civilização e da existência humana. Pela primeira vez, a probabilidade de liquidação completa das condições vitais da Terra tornou-se uma possibilidade do presente ou de um devir próximo: por uma guerra nuclear devastadora e final, ou pela ocupação predatória completa dos homens sobre o planeta, esgotando os seus recursos. Contudo, a perspectiva de uma vida ainda longa, sob a ordem de uma nova civilização, também é uma possibilidade concreta, graças não só às potencialidades da Terra se racionalmente exploradas, como à qualidade dos novos meios de produção e a capacidade da ciência em produzir técnicas avançadas que podem alterar o meio natural, para uma existência superior dos homens. Esse o caminho que deve ser procurado.

Porém a crise estrutural — que está derrubando os modelos conceituais e afetando a capacidade de pensar, por sua imprevisibilidade e conseqüente pessimismo quanto à qualidade da transformação social, no instante em que a hegemonia do mundo começa a ser posta em disputa na preservação do próprio sistema de dominação — termina por afetar a capacidade de se teorizar *revolucionariamente* e afeta a ousadia do pensamento. Daí a angústia dos que pensam a superação do atual estágio social pensando na lógica do próprio sistema que querem superar.

As citações que fiz, exemplificadoras, nos bastam. No entanto, caberia aqui uma indagação: para além dos fatores econômicos, existe uma crise estrutural. Mas do quê ou de quem? É fim de que civilização ou de que mundo? Não estará o centro imperial, esgotado por si mesmo, temeroso de uma invasão de bárbaros?<sup>15</sup> A indagação de Arrighi é pertinente: *se isso significará o fim apenas da história capitalista, ou de toda a história humana, é impossível dizer*. Não se pode afirmar que é a crise final do sistema, mas, seguramente o sistema está em crise. Por ela ainda pode transitar geograficamente a hegemonia. Contudo, pode-se afirmar que a crise se abate primeiramente sobre um paradigma histórico cuja hegemonia pertence ao Ocidente e, subseqüentemente — de forma mais profunda — sobre a primeira etapa da história, etapa essa que será

conhecida como a da *civilização do trabalho*. Essa chega ao seu fim e com ela chegará ao fim o seu sistema de poder. Logo, a questão posta aos inquiridores desse *vir-a-ser* é a da percepção, ainda que tendencial, da subseqüente ordem social. Pois, sobre o colapso dessa civilização, os povos poderão edificar a civilização do conhecimento, cujos conceitos e modelos precisam ainda ser definidos. (Mas esse será assunto de um outro artigo.) Por enquanto, continuemos a análise do eurocentrismo.

No final do século passado e início deste, na Europa os teóricos marxistas debateram intensamente entre si o colonialismo, num divisionismo que afetou a Segunda Internacional. No fundo, aqueles debates, nada mais eram do que uma polêmica sobre o direito da Europa *civilizar* os povos tidos e havidos como atrasados, no caudal da expansão do capitalismo como fator de progresso material e indutor das transformações sociais. O marxismo fundamenta-se sobre a realidade européia. Lênin registra as três fontes que inspiraram Marx: “dos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral”.<sup>16</sup>

A realidade européia *foi transposta* como realidade mundial. Ao lado da expansão colonialista, mercantilista e industrial, expandiu-se a ciência e a intelectualidade da Europa ocidental, para culminar como um “processo linear de aperfeiçoamento da humanidade”.

A autodefinição da Europa Ocidental no século XVIII como paradigma da humanidade tornou-se uma ideologia dominante. Do ponto de vista de tal ideologia, o passado histórico da humanidade foi reavaliado como defectivo em diferentes graus e as sociedades contemporâneas carentes das qualificações típicas da Europa Ocidental foram definidas como atrasadas.<sup>17</sup>

Foi a conseqüência natural da ascendência da Europa sobre os demais continentes, cujos primeiros passos foram dados nos séculos XI e XII, mas consistentemente a partir do século XV, consolidando-se com o capitalismo. Esse *eurocentrismo* correspondeu à hegemonia das nações capitalistas da velha Europa, cuja expansão colonizava os demais continentes, ocupando-os pela força ou, pela virtualidade dessa força, impondo a sua supremacia econômica. Na esteira do imperialismo militar e econômico, o imperialismo da inteligência e da cultura. O marxismo não poderia deixar de ser produto desse desenvolvimento, já que esse desenvolvimento representava o ponto mais avançado da humanidade.



Marx, assim como Adam Smith e os demais teóricos da economia política, são expressões dessa modernização econômica do Ocidente europeu, enquanto a entendiam como elemento fundamental do progresso humano. Não podiam, naturalmente, dissociar a ideologia da modernidade dos elementos sociais e econômicos, assim como culturais, que estavam presentes na sociedade européia colonialista. Porém, se a inteligência européia não *abarcou* a práxis de todos os povos, já que o seu referencial era a sua própria práxis, ou seja, o estudo de outras culturas a partir de uma conceituação gnosiológica e etnológica européia, nem por isso o conhecimento europeu deixou de ser universalizado, partindo dos paradigmas da própria Europa, que se impunha na ascendência mundial e transitava para um herdeiro genuíno dessa supremacia na América, estimulando, por outro lado, uma economia similar na Ásia. Conseqüentemente, a partir das últimas décadas do século passado, o imperialismo adquiriu uma nova intensidade, por três vertentes: a européia, ocupando a África e grandes parcelas da Ásia; a japonesa expandindo-se pelo Extremo Oriente; e, já numa nova característica, os Estados Unidos, caminhando para a hegemonia mundial.

Não se pode negar a hegemonia da Europa ocidental nos últimos séculos, nem se pode negar que o instrumento dessa hegemonia tenha sido o capitalismo. O capitalismo como instrumento de dominação, ou seja, uma forma de controle do capital associado à capacidade guerreira de apropriação da riqueza dos povos conquistados, transformando o detentor do capital no detentor do poder e no elemento hegemônico da ordem social. O mercado e os mercados sempre estiveram presentes na história de todos os povos. Todos eles possuíam os elementos básicos do capitalismo. Esses elementos nucleares do capitalismo — o capital, o trabalho, a fabricação, o comércio, a moeda, etc. — sempre existiram em todos os sistemas de intercâmbio mercantil, tanto na Europa quanto na Ásia. Nunca foram uma particularidade da Europa ocidental. No entanto, apenas na Europa

esses componentes do capitalismo fundiram-se na poderosa mescla que impeliu as nações européias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeiramente global. Por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado.<sup>18</sup>

Visto esse processo apenas da temporalidade da Eu-

ropa moderna, podemos ser induzidos a concluir que aos ocidentais europeus foi-lhes atribuída, pela natureza, características antropológicas distintas dos demais povos. Seriam produto de um *determinismobiológico*, a-histórico, racialmente superiores, o que estaria fora de qualquer parâmetro universal. Não sem razão, a questão da pureza racial é apropriada pelo nazismo, que pretendeu transformar uma raça na senhora natural do mundo.

Referindo-se a Braudel, Arrighi observa que o aspecto mais importante do processo ocidental foi “a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa.”<sup>19</sup> Mesmo assim, esse é apenas o resultado de um desenvolvimento histórico do poder, na sua relação com a dimensão econômica e com a dimensão cognitiva da própria civilização que vai encontrar parte do seu amadurecimento na Europa renascentista, como resultado da relação histórica do intercâmbio civilizatório que teve, num determinado momento, o Mediterrâneo como o seu centro e a partir do qual o desenvolvimento se irradiou pelos quatro cantos da Terra, através do processo natural de conquista e domínio, absorvendo os povos ao Oriente e ao Ocidente desse *epicentro*. Ou seja, no fluxo e no refluxo desse movimento de mundialização da civilização, o Ocidente europeu elevou-se sobre os demais continentes como a síntese histórica de um momento do desenvolvimento da humanidade. Dessa forma,

o Ocidente pode ser visto como uma formação sócio-histórica que se configura com a ordem feudal madura, quando rompe-se o cerco e a opressão a que estava submetida, por árabes, magiares e eslavos, dando início a expansão e apropriação do mundo, interrompida apenas por fugazes momentos. Para preservar sua estabilidade e perpetuar sua expansão, o Ocidente inventa representações de si e do outro, a fim de exercer sua capacidade e vontade de domínio.<sup>20</sup>

Essa ascensão encontra o seu apogeu num tempo histórico também concebido, como calendário, pelo próprio Ocidente — o século XX —, no qual a inflexão da história começa a caminhar por vertentes mundiais que absorverão o próprio Ocidente numa cultura transcardeal. Claro que essa tendência está na perspectiva de um poder mundial, gestor da economia e universalizador do conhecimento, capaz de transcender a tendência imperial que o Ocidente está gestando no apogeu do seu paradigma econômico e no início da sua inflexão histórica.

Assim, pois, a história deve ser vista — para que a



sua perspectiva, além de abrangente, possa ser completa — como um fenômeno global da humanidade, cujo devir não pode ser concebido apenas como uma continuidade, mas, necessariamente, terá também que ser percebido como uma transcendência do desenvolvimento pela dinâmica do próprio ordenamento social, que vai transpondo etapas na medida em que o conhecimento se amplia e os espaços alterados pelas transformações das relações econômicas, ainda que não se possa determinar antecipadamente a sua qualidade e as suas características civilizatórias. Nessa macroperspectiva, o Ocidente, hoje hegemônico, é apenas a síntese de um processo antropológico, cuja culminância acontece no século XX, com a modernização da Rússia sob o império soviético, e a supremacia dos EUA, aqui num amálgama absoluto de etnias e nacionalidades sob a influência da cultura ocidental, portanto, uma fusão completa da interatividade dos povos. Assim, sob esse aspecto da temporalidade histórica, o capitalismo é tão só um sistema econômico a ser ultrapassado

com a superação do sistema de poder que o sustenta e do qual é sustentáculo. Porém, numa observação óbvia, um poder só pode ser suplantado por outro poder intrinsecamente superior (como o capitalismo acabando com as relações feudais e com os velhos impérios por uma sobreposição de poderes), ou apenas será transposto ao degradingar-se, como uma ordem de poder, com o colapso do sistema social que o sustenta (como aconteceu com o império romano e com a União Soviética). Mas, e aqui colocamos uma questão que não perturbava os antigos, quando eles viviam ainda um processo de ocupação espacial da Terra: a civilização tem progredido por etapas que se alternam por *reproduções* de fenômenos críticos aparentemente semelhantes. Ou seja, o sistema atual, atingindo o clímax da sua crise, será suplantado por um poder de nova natureza, ou desabarará sobre si mesmo, fazendo com que a humanidade reconstrua uma nova ordem sobre os seus escombros, como insinua a citação de Arrighi, o qual contrapõe — como intercalando-se na história — o caos sistêmico e a anarquia sistêmica? Ou, numa outra inda-

gação: até quando a História será uma reprodução contínua de si mesma, ainda que ascendente? Ou essa História sofrerá também uma ruptura histórica?

Alguns homens, há sete ou oito mil anos passados, vivendo no interior da África a sua existência tribal, idêntica a de milhares de outras tribos pelo mundo afora, não poderiam saber que no seu tempo, em algum lugar longe dali, provavelmente entre dois rios, nascia uma outra ordem social que se chamaria civilização e que acabaria por liquidar definitivamente com a ordem tribal do mundo. Com certeza, nem aqueles que esta-

vam iniciando um novo modo de vida social tinham consciência da ruptura que estavam realizando.

Contudo, a história universal tem as suas particularidades, no tempo, nos espaços geográficos e nos povos. Existe uma história da humanidade da qual a européia é apenas parte. A Europa ocidental é um particularismo da história geral. Enquanto tal, não pode se transmutar *cruamente*, como cultura, para absorver, interpretar e modelar a história de todos os povos, como se esses fos-

sem uma continuidade de si mesma, sem produzir paradoxos. Uma cultura hegemônica, pela carga ideológica que comporta, tende a moldar a idiossincrasia do dominado ao comportamento do dominador, sendo eles distintos frente a realidades sociais e espaciais distintas, produzindo situações paradoxais ou sincretismos estranhos. (Por exemplo: a dialética da luta de classes transformando-se na dialética da luta de povos, recompondo nas nações subalternas o passado das nações hegemônicas, como reação ao sistema de dominação. Ou a revolução bolchevique, feita em nome do proletariado e sob as luzes da dialética histórica da luta de classes, termina reconstruindo o passado do capitalismo, primeiro na sua forma estatal acentuada, e, por fim, numa nova burguesia hegemônica da Rússia atual.)

A transmutação crua da visão européia do mundo para a realidade de outros povos gera transfigurações, quando não distorções. O marxismo, concebido sob a história dos três países *mais cultos e desenvolvidos da humanidade* — a Inglaterra, a Alemanha e a França —,

Sem dúvida, nunca, no passado, a humanidade teve diante de si a perspectiva do seu próprio extermínio. Neste século — embora não perceptível à grande maioria da população — os homens mais informados puderam perceber a fragilidade da civilização e da existência humana.



transposto, vai gerar o bolchevismo e a revolução castrense-operário-camponesa na Rússia, mas que, na continuidade, acaba reproduzindo, em nova forma, o domínio de uma burocracia *nobiliarquica*, ao velho estilo czarista, que se institucionaliza pelo partido. Na China, o maoísmo e a revolução camponesa, sob o signo de um partido comunista, reinstituindo um novo tipo de *mandarinato*. Se em ambos os países a *revolução* feita sob a ideologia marxista liquidou velhas relações feudais e coloniais, não conseguiu, no entanto, expandir-se numa revolução mundial para envolver o *proletariado mais avançado* dos países capitalistas *mais desenvolvidos* do mundo. Se o conflito de classes na Europa era um conflito de burgueses e operários, com estes tomando consciência da sua função econômica e política com a ascensão do capitalismo industrial, não o era, por igual, no entanto, no resto do mundo. Como no exemplo chinês: sob a inspiração do marxismo, uma revolução foi feita por camponeses dirigidos por um partido comunista que não perdeu a sua característica nacional.

Mas essa inadaptabilidade crua do pensamento europeu à realidade de outros povos — para um tipo de revolução *idealizada* por uma Europa continuamente abalada por seus próprios conflitos e por suas idiossincrasias, gerando seguidas contradições conceituais e paradigmas teóricos — não se deve apenas a um *atraso desses outros povos* com relação à Europa ou ao desenvolvimento incompleto do capitalismo naqueles países, atraso esse também alimentado pela política colonialista europeia. Ou, pior ainda, a uma *incivilidade* ou a uma *natureza negativa* das culturas *não-ocidentais*. Deve-se, muito mais, a uma inadaptabilidade intempesitiva do próprio pensamento revolucionário europeu. Nos moldes da ideologia proletária e da metodologia bolchevique, o modelo estaria sempre limitado pela realidade europeia no seu momento histórico, e jamais ultrapassaria o capitalismo de Estado ou a forma bolchevista, ainda que a tomada de poder no molde leninista fosse na Alemanha ou na Inglaterra novecentona. A visão europeia da transformação social, ao transmutar-se para outros povos, já leva consigo o seu desvirtuamento. Impraticável na Europa do século XX, essa revolução seria impraticável em qualquer outra parte do mundo. Por esta razão precisou travestir-se de modernidade para ser aplicada por alguns povos no seu levante contra a própria concepção europeia de dominação. Mas, sobretudo, reproduzir o passado ocidental do absolutismo monárquico para a modernidade capitalista sob o argumento de *uma revolução social*, moldada, em parte pela revolução francesa, que, ao fim

e ao cabo, apenas formalizou em direitos o agente da dominação, confirmando uma hegemonia de classe, dos homens de negócios, que anteriormente na Inglaterra já estava estabelecida no poder (1688).

A referência ao despotismo oriental nada mais é, portanto, do que uma manobra de diversão em que desaparecem os vestígios sangrentos próprios da democracia ocidental. A violência especial da modernização burguesa soviética explica-se pelo fato de que nela se concentrou, numa aceleração incrível, uma época de duzentos anos: mercantilismo e Revolução Francesa, processo de industrialização e economia de guerra imperialista em um só passo.<sup>21</sup>

Será interessante apontarmos alguns fatos das últimas décadas, que possuem um sentido contestador dessa *dominação* europeia-ocidental do mundo, na transposição automática da sua *verdade teórica*: a derrota ocidental — Japão, França, EUA — no Vietnã; o modo como os chineses interpretaram o marxismo para a sua revolução; o ressurgimento do fundamentalismo islâmico, como afronta ao Ocidente imperial, depois da tentativa dos Reza Pahlevi em *modernizar* a Pérsia; a derrota soviética no Afeganistão, onde os fundamentalistas tomam o poder.

Mas, essa *resistência* à dominação do Ocidente, que se apegua aos sentimentos autóctones, de etnia, de nacionalidade, de cultura e de religião, para garantir uma identidade singular, recompõe a ideologia nacional para obter um mínimo de autonomia política, procurando distanciar-se da influência ocidental. Essa resistência adstringe-se ao jogo do poder entre o centro dominante e os povos que querem se erguer autonomamente, mas que ficam dependentes da economia e do conhecimento científico, controlados pelas potências ocidentais. Para aqueles, o Ocidente é sempre mostrado como uma civilização superior, uma sociedade modelar, cujo brilho atrai os povos e suas elites, ainda que estes pretendam refutar formalmente a cultura massificante ocidental, apegando-se à língua, às características culturais e tradições próprias, tipos de vestimenta, uma religião distinta, etc. que tentam manter, sendo que a língua e a religião são a marca maior dessa distinção.

No entanto, na interpretação de um escritor americano, esses elementos de resistência — no fundo uma resistência cultural para uma finalidade política — estimulam o populismo, sinônimo também de demagogia, nos povos *não-ocidentais*.

As comunicações globais são uma das mais importantes manifestações contemporâneas do poderio ocidental. Contudo, essa hegemonia ocidental estimula políticos



populistas em sociedades não-ocidentais a condenar o imperialismo cultural ocidental e a convocar seus públicos a preservarem a sobrevivência e integridade de suas culturas autóctones. Desse modo, o grau em que as comunicações globais são dominadas pelo Ocidente é uma das principais fontes de ressentimento e hostilidade dos povos não-ocidentais contra o Ocidente. Além disso, no início da década de 90, a modernização e o desenvolvimento econômico das sociedades não-ocidentais estavam levando ao surgimento de indústrias de mídia locais e regionais que se dirigiam aos gostos diferentes dessas sociedades.<sup>22</sup>

Mas a modernização e o desenvolvimento econômico são fatos sociais-históricos do capitalismo, cuja matriz é a Europa ocidental, a partir da qual o sistema mundializou-se, quer pela via colonial direta, militarista, expropriadora, quer pelo *colonialismo* hodierno, das corporações industriais-mercantis, do mercado mundial, cuja hegemonia ideológica e núcleo de poder estão baseados no *espaço* chamado ocidental, ao qual o Japão se agrega como *extensão* asiática, assim como os EUA são a *extensão* americana. Se povos distintos, diferenciados por um passado histórico, se apegam às suas tradições autóctones, como afirmação de sobrevivência de uma identidade hoje esmagada por uma economia totalizante, patrimonializada por algumas corporações e apropriada pela elite de alguns povos, impondo, esse sistema, uma cultura massificante, ao mesmo tempo descaracterizadora e fragmentadora, reordenando o poder mundial, as afirmações de identidades *não-ocidentais* acentuam a hegemonia do Ocidente como *sistema mundial*. Ou seja, *como sistema político-econômico*, como poder absoluto, ainda que declinante, e contra o qual as resistências se manifestam para, ao cabo, reproduzi-lo. Se existe um Ocidente, ao qual se contrapõem vários *não-Ocidentes*, é porque existem um centro dominante e vários núcleos periféricos, convergindo todos para uma mesma civilização, ainda que englobe aspectos multiculturais. A hegemonia *dessa civilização* é que está sendo colocada em disputa a partir da sua inflexão descendente.

Nessa fase do capitalismo e da ascendência da ciência, quando as comunicações entre os povos são instantâneas, as distinções culturais, mesmo acentuadas, marcando a identidade das nações, são resíduos que ainda irão perdurar e que emergem nas crises e nos conflitos, que disputam espaços nessa *mesma civilização* que pretendem suplantar. Assim, as territorialidades, nacionais e global se confundem num único e mesmo objeto de cobiça: a mercantilização do mundo. Pretende Huntington, carregando nas diferenças culturais

entre o Ocidente e os *diversos não-Ocidentes* para caracterizá-las como civilizações distintas, que os seus confrontos — para além dos interesses de classes e das razões econômicas — alimentarão conflitos e determinarão as relações de poder no mundo.

O Ocidente é e continuará a ser por muitos anos a civilização mais poderosa. Contudo, seu poder em relação ao de outras civilizações está declinando. À medida que o Ocidente tenta impor seus valores e proteger seus interesses, as sociedades não-ocidentais se defrontam com uma escolha. Algumas tentam emular o Ocidente e a ele se juntar ou atrelar-se a ele. Outras sociedades confucianas e islâmicas tentam expandir seu próprio poder econômico e militar para resistir e para contrabalançar o Ocidente. Desse modo, um eixo central da política mundial pós-Guerra Fria é a interação do poder e da cultura ocidentais com o poder e a cultura de civilizações não-ocidentais [Pois] as questões chave do cenário internacional envolvem diferenças entre civilizações.<sup>23</sup>

Porém, uma civilização é primordialmente uma economia politicamente ordenada como sistema. Se esse sistema for mundialmente abrangente, as diferenças culturais tornam-se subproduto. Esse é o sistema mundial, dentro do qual as forças que o disputam se conflagram. E nele, a marca que o identifica é ocidental.

Enquanto Arrighi indaga sobre a tendência para um deslocamento da hegemonia mundial para o Leste asiático, Huntington afirma que o “poder está se deslocando da civilização ocidental, que há tanto tempo predomina, para civilizações não-ocidentais”, tendendo para o mesmo espaço geográfico que Arrighi aponta, isto é, o Oriente e, particularmente o Extremo Oriente, tendo como núcleo o Japão e a China. Esse detalhe, da simples transição do poder para o governo de um sistema em transformação, que persiste enquanto sistema, não identifica civilizações distintas, embora mescle culturas. A identificação de natureza distinta estaria na ruptura definitiva do próprio sistema, o que marcaria uma civilização radicalmente diferente, e não a simples localização geográfica da hegemonia.

Quanto à ordem internacional pode existir um mundo multipolar, formado por sistemas regionais, que, no entanto, não configurará, necessariamente, um mundo *multicivilizacional*. Mas, numa concessão às conceituações de Huntington, se as diferenças culturais são tão profundas que chegam a configurar diferenças *civilizacionais* — embora o termo comporte diversas conceituações — então a humanidade pouco se transformou socialmente desde a antiguidade, tendo sempre convivido com múltiplas civilizações, sendo que a pers-



pectiva de uma integração dos povos nunca passará de uma utopia. Contudo, esse entendimento sempre foi o mote europeu, desde quando a cristandade ocidental erigiu-se em civilização messiânica e *universal* frente a um mundo de gentios ou de *civilizações subdesenvolvidas* que precisavam ser conquistadas para o aprisco cristão-ocidental, numa doutrina colonialista.

Ora, se Ocidente e Oriente são *idealizações geográficas* e não fatos geográficos, como o Norte e o Sul, a distinção só pode ser produto de uma ideologia de supremacia que precisa identificar a *civilização do outro*, com o qual estabelece uma relação de domínio. Nesse caso, o Ocidente sendo mais que um território geográfico, é uma ordem de poder mundial que se sustenta num sistema econômico, controlando a riqueza e a ciência, não importando a localização espacial, que foi determinada por uma oportunidade da história. Assim, o Japão asiático é tão *Ocidente* quanto os Estados Unidos ou o Canadá americanos, assim como a Inglaterra e a Alemanha europeus, com os quais o Japão se senta para negociar, numa mesma linguagem, as questões do mundo. Se em conflito entrarem, as diferenças culturais serão subsídio ideológico e não fundamento material.

Huntington acaba concluindo, sintetizando a última parte do seu livro, que

a sobrevivência do Ocidente depende de os norte-americanos reafirmarem sua identidade ocidental e de os ocidentais aceitarem que sua civilização é singular e não universal, e se unirem para renová-la e preservá-la diante de desafios por parte das sociedades não-ocidentais. Evitar uma guerra global das civilizações depende de os líderes mundiais aceitarem a natureza multicivilizacional da política mundial e cooperarem para mantê-la.<sup>24</sup>

Porém, o Ocidente sempre agiu como sendo, *a sua civilização*, singular e *superior*. A preservação de *ocidentais* e *não-ocidentais*, na manutenção de civilizações distintas, em que a européia e os americanos se considerem uma singularidade que deve conviver com outras civilizações singulares, é a manutenção de um sistema de poder com uma hegemonia central — ou algumas hegemonias regionais — e a constituição de núcleos periféricos subordinados a esse centro. As distinções culturais que separam as diferentes *civilizações* mascaram diferenças qualitativas quanto ao poderio militar, econômico, científico e tecnológico, podendo estabelecer áreas de conflito ou hierarquias de poder. E mesmo Samuel Huntington tem que reconhecer esse fato. “Essas diferenças de comportamento intracivilizacional e

extracivilizacional provêm [*entre outras causas*] de sentimentos de superioridade (e, ocasionalmente, de inferioridade) em relação às pessoas que são percebidas como sendo muito diferentes.” Mas há uma razão mais concreta que origina as diferenças e os confrontos:

As fontes de conflito entre Estados e grupos de civilizações diferentes são, em grande medida, aquelas que sempre geraram conflito entre grupos de pessoas: o controle de pessoas, de território, de riqueza, de recursos naturais e de poder relativo. Poder relativo é a capacidade que alguém tem de impor seus próprios valores, cultura e instituições a outro grupo, comparada com a capacidade desse grupo de fazer a mesma coisa no sentido inverso.<sup>25</sup>

Essa tem sido a questão central que subsiste em quaisquer parâmetros *civilizacionais*. Na história, todos os povos que se constituem politicamente, são *singularidades sociais*. As relações entre eles são sempre relações de poder. Quando acentuamos o *nós* e o *eles*, firmamos diferenças que justificam uma relação de domínio. Se o capitalismo plasma um mercado comum e uma cultura comum, não plasma, no entanto, relações sociais e nacionais comuns. Assim, o choque não é de *civilizações* mas de poder *no controle da civilização*, de conflitos de interesses, em disputas pelo controle e pela *privatização* do mundo. Essa é a matriz que gestou o Ocidente e que colocou na *outra banda* os *não-ocidentais*. Ora, a busca de uma civilização comum é o esforço para *quebrar* essa hierarquia de *civilizações*. No entanto, o caminho não pode ser imperial, na preponderância de uma sobre as demais, ou de impérios regionais constituídos sobre Estados nucleares, que buscarão nas *diferenças* culturais a sua ideologia existencial.

É verdade que

no mundo que está surgindo de conflitos étnicos (superdimensionados no seu alcance mundial, quando deviam ser analisados apenas como fenômenos sociais residuais, num rearranjo de povos históricos, nessa fase de transição e de reordenamento das nações mal saídas do colonialismo) e choques civilizacionais, a crença ocidental na universalidade da cultura ocidental (que hoje é hegemônica) padece de três problemas: ela é falsa, ela é imoral e ela é perigosa.<sup>26</sup>

Mas ela é fruto da expansão imperial desse Ocidente hegemônico. Assim, o imperialismo tem sido fruto da expansão de culturas singulares, impondo-se aos demais povos, e não “uma consequência lógica necessária do universalismo.” Essa ilação de que universalismo é sempre sinônimo de imperialismo ou de totalitarismo



tem servido muito mais para a manutenção do *statu quo* das relações de mando das potências nessa fase mundial do capitalismo do que de elemento integrador da humanidade. Claro que a via imperial tende sempre a universalizar-se como cultura e poder — elemento natural e ideológico da dominação. No entanto, uma integração igualitária e democrática de todos os povos, na convergência de uma civilização comum, pressupõe a integração de identidades distintas. Neste caso, as diferenças hierárquicas de poder e de cultura devem ser superadas. Mas esta é uma questão complexa que apenas o desenvolvimento da humanidade, para um estágio maior, poderá responder. Por enquanto, o conflito é de poderes. “Na era que está emergindo, os choques das civilizações são a maior ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional baseada nas civilizações é a melhor salvaguarda contra a guerra mundial.”<sup>27</sup> Na verdade é a maior salvaguarda para que o Ocidente, declinante, mantenha a sua supremacia por um bom tempo ainda, num rearranjo da ordem mundial surgido de um entendimento entre as potências dominantes para conter o choque maior, “o choque verdadeiro”, entre a civilização e a barbárie, na qual se encontram praticamente todos os povos não-ocidentais. Para isso, entre outras coisas, os Estados Unidos precisam (continuar a) assumir-se como ocidentais.

A história se faz pela ação contínua dos homens sobre o seu próprio ordenamento social. Como parte da história geral, cada segmento distinto é um fato histórico característico, que se liga ao geral no seu passado e na sua extensão futura. A revolução francesa, assim como o bolchevismo e a União Soviética formam segmentos históricos característicos como partes lógicas da história geral. Cada segmento histórico, que é um fato social, desdobra-se, na sua análise, como objeto de estudo, em duas situações distintas, em dois momentos sobrepostos: no *vir-a-ser*, que é o seu instante fatural, a sua gênese, e no *pós-fato*, quando se torna história na sua realização social. No primeiro momento, o fenômeno opera como uma *antiideologia*. E assim costuma ser analisado. Ao completar-se, como fato social, recompõe-se a ideologia como condicionadora social. Retoma a história o seu cur-

so comum de relações humanas, sobre as quais o pensamento social busca recompor uma *nova antiideologia*, que o marxismo situa no materialismo histórico, nas relações de produção e nas lutas de classe, com as quais os conflitos ideológicos correspondem-se como uma ideologia geral, de fundo sistêmico, arcabouço ideal do processo civilizatório. Sendo a civilização do trabalho um estágio social, os pensamentos que a justificam acabam tendo sempre a mesma estrutura metodológica, com a supremacia dos centros de poder. Assim, existe uma unidade estrutural básica comum às mais diversas *civilizações* tidas como singulares.

Mas, essa *resistência* à dominação do Ocidente, que se apega aos sentimentos autóctones, de etnia, de nacionalidade, de cultura e de religião, para garantir uma identidade singular, recompõe a ideologia nacional para obter um mínimo de autonomia política, procurando distanciar-se da influência ocidental.

Serve-nos de exemplo o bolchevismo: com a *ideologia científica do proletariado*, sob a inspiração marxista-leninista, o bolchevismo surge como a *antiideologia*, tanto ao tzarismo quanto ao imperialismo ocidental. Ao governar, recompõe-se a ideologia simplesmente como ideologia, razão do próprio poder exercido em nome do proletariado, mas *aplicado* sobre o próprio proletariado.

Rosenberg<sup>28</sup> lembra que, para Lênin, o bolchevismo é sinônimo de proletariado. E é sob esse prisma que Lênin imagina a liderança do bolchevismo para liquidar os restos das relações feudais da velha Rússia, acelerando o seu desenvolvimento industrial sob a égide do Estado, como primeira etapa para criar as condições que possibilitassem a transição ao socialismo. “À pergunta de se o proletariado pode desempenhar o papel dirigente da revolução burguesa na Rússia, respondemos: sim, pode, com a condição de que a pequena burguesia se incline, nos momentos decisivos, para a esquerda.”<sup>29</sup> Claro que, para a tomada do poder, as razões do proletariado — assim como os soviets — justificavam a *antiideologia* e eram a força propulsora do movimento, que o bolchevismo, por si só, não poderia representar. No poder, o bolchevismo constitui-se como ideologia e torna-se a sua própria razão, ou seja, são as razões do bolchevismo que determinam as ações do poder para a sua própria manutenção.

No entanto, o bolchevismo apenas reintroduziu o absolutismo, imitou o estatismo alemão, consolidou o capitalismo industrial estatal, acelerou a modernização



russa, e, a exemplo do velho absolutismo monárquico, foi vítima do próprio processo que acelerou a fase suprema da sociedade do trabalho, instituindo ou atualizando, nos moldes ocidentais, o capitalismo nos territórios da antiga União Soviética. Assim, a Rússia tornou-se tão ocidental quanto o resto da Eurásia.

A ditadura do Partido Comunista Chinês e a sua economia de mercado, aberta ao intercâmbio mundial — incorporando agora Hong-Kong, grande centro do capitalismo internacional, graças à própria política do PC Chinês ao instalar zonas especiais na proximidade da ilha, tornando-a sua intermediária com os grandes centros capitalistas — representam apenas uma aparente contradição. Essas contradições estiveram presentes em todo o passado das nações capitalistas ocidentais, sustentadas sobre a força de trabalho humano, transformada em mercadoria para a acumulação de capital. Com toda a brutalidade do sistema. “Quem estranha os fenômenos na Rússia e na China, em vez de reconhecer neles o passado da sociedade de trabalho, da própria democracia e do Estado social, é muito ingênuo ou então é adepto da ideologia legitimadora do capitalismo tardio ocidental.”<sup>30</sup>

Contudo, os teóricos da atualidade ainda representam o próprio Ocidente revisando o seu pensamento, para continuar a determinar a ideologia geral. Essa ascendência da inteligência européia, após séculos de colonialismo, não pode ser subitamente rompida, a não ser que se rompa o paradigma por ela criado. Afinal, a história e a ciência não podem ser *reinventadas*. Mas podem ser reavaliadas no seus fundamentos, libertas das cargas ideológicas que comprometem os seus fins, e refundadas sobre uma nova base cognitiva. Todavia, essa reinterpretção não pode ser uma abstração para a simples formação de uma nova ideologia que apenas acabará sendo uma transfiguração da antiga. Uma revisão de ruptura demanda fatores novos que a induzam, dando sustentação a uma nova e mais liberta forma de pensar e teorizar que, sustentando-se nos fatos passados, possa visualizar e influenciar os acontecimentos vindouros, orientando o rompimento do paradigma decadente.

Entretanto, o atavismo à cultura ocidental ainda nos confunde. O pensamento revolucionário europeu, tomando a Europa como o centro do mundo e a consciência da civilização, ainda que representasse força modernizadora, mas submetido às suas próprias contradições, frente a uma maioria de povos esmagados pelo próprio colonialismo europeu, teria que gerar distorções que mascaravam o desenvolvimento econômico sob a ideologia do trabalho, ora tornado alienante, ora tornado libertador, mas sem-

pre opressor. Todavia, será uma ingenuidade nossa se não reconhecermos no sistema ocidental, expandido mundialmente, mesmo que mutilador de culturas e de povos — como um processo histórico, nunca é demais repetir —, um avanço gigantesco nas forças de produção, e, conseqüentemente, estimulador do desenvolvimento científico e do progresso econômico, ainda que limitado na sua capacidade para desenvolver uma cultura social superior; ou seja, não supera a natureza bárbara ainda presente nas relações humanas, pois que o próprio sistema se alimenta da espoliação, logo da barbárie. Ele ainda é uma continuação da barbárie primitiva, ordenada por uma formalidade jurídica e dirigida pelas razões do mais forte. A supremacia, conjugada à dominação, em relações econômicas preestabelecidas, onde compete quem pode, é a barbárie civil, urbanizada.

No entanto, processualmente, o que justifica a sua ascendência como poder, o sistema capitalista criado pela Europa ocidental suplantou como paradigma os sistemas anteriores, quer no passado europeu, quer nas formações sociais dos demais povos, que foram incorporados ao modelo pelo colonialismo, pela subjugação econômica, e, agora, pela internacionalização de corporações econômicas, monopolizadoras do mercado mundial, inumanas e apátridas.

A Europa ocidental — tendo a América como sua extensão e ampliando-se ao seu Oriente com a incorporação e modernização da Rússia e do Japão —, ao absorver, digerir, reordenar e reorientar a cultura de todos os povos, dando-lhe configuração própria, transforma-se na síntese gnosiológica absoluta da civilização do trabalho, cuja saturação é agora percebida como crise estrutural.

Capra procura teorizar esse amálgama cultural do Ocidente numa totalidade gnosiológica que identifica como uma reconciliação da ciência e do espírito humano, traçando um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental.<sup>31</sup> Mas essa é uma teorização *metafísica*, elaborada por um físico angustiado com a crise do *seu mundo*, procurando conjugar o seu conhecimento de cientista com as suas ansiedades de homem frente a uma crise paradigmática, diria existencial. E aí, o movimento dos átomos e a energia do Universo se transformam numa “Dança de Shiva, o Deus dos dançarinos, adorado pelos hindus.”<sup>32</sup> Decodificando essa *metafísica totalizante*, pode-se ler que o patrimônio científico é do Ocidente, restando ao Oriente a visão mística do Universo. Mas o patrimônio científico é poder, é materialidade real e direta, que se conjuga no tempo e no espaço e que determina o desenvolvimento até mesmo das idéias abstratas. Esse sim, resulta da energia processante do



Universo, por isso é poder, é força, é centralidade, é domínio, é aético. Conseqüentemente, sobra aos subjugados — de quem se retira energia — a transcendência contemplativa, reflexiva, uma visão moral-metafísica da energia e do movimento. Não sem razão a dualidade é apresentada na forma de *yang* (valores masculinos) e *yin* (valores femininos). Entre o aético e o ético. Para além da valoração moral que estes termos contêm — e é de moralidade científica que Capra fala —, no entanto, podemos traduzi-los como uma dicotomia entre a dominação e a subjunção. Assim como Samuel Huntington acen-tua o papel do espectro da barbárie para justificar uma ordem *multicivilizacional*, no caso de Capra é o medo da bomba que induz à reflexão:

Os cientistas são responsáveis, não apenas intelectual mas também moralmente, por suas pesquisas. Desse ponto de vista, a conexão entre a Física e o misticismo é não apenas muito interessante mas extremamente importante. Mostra que os resultados da Física moderna têm aberto dois caminhos muito distintos para os cientistas trilharem. Eles podem nos conduzir — colocando o problema em termos extremos — ao Buda ou à Bomba, e cabe a cada cientista decidir que caminho escolher.<sup>33</sup>

Parece que o perigo da bomba está momentaneamente amenizado. Com todo respeito ao físico, essa moral cabe agora aos economistas. E, de certa forma, Capra o faz no livro seguinte, *O ponto de mutação*, ao analisar a razão econômica. Porém, a questão não é de moralidade pública ou individual. A questão é sistêmica e a ciência é parte dele, enquanto o sistema for a expressão de um processo histórico de desenvolvimento, erigido sobre e com a força dos homens, força produtora de riquezas e produtora de violências, como energia sistematicamente ordenada para a formação do poder e para a exploração social. Mas esse sistema não é uma simples abordagem de uma faceta da economia, como na afirmação de que,

os modelos macroeconômicos terão que ser estudados dentro de uma estrutura baseada na abordagem sistêmica e que se utilize de um novo conjunto de conceitos e variáveis. Um dos principais erros (será correto chamar de erro?) de todas as escolas atuais de pensamento econômico é sua insistência em usar a

moeda como a única variável para medir a eficiência dos processos de produção e distribuição. Com esse critério único, os economistas desprezam o importante fato de que a maioria das atividades econômicas do mundo consiste em sistemas informais de troca e produção baseada no valor de uso, e em disposições recíprocas para a partilha de bens e serviços, ocorrendo tudo isso fora das economias monetárias.<sup>34</sup>

Nem a crise será *tranqüilamente* resolvida com o fim da predominância econômica na base da política nacional, como se essa não fosse a base do ordenamento social, mas apenas da *vontade governamental*, nem

o periférico é determinante quando não se ordena como poder autônomo, permanecendo a-trelado a um sistema do qual ele é intrinsecamente dependente. A afirmação de que “a necessidade de abordagens multidisciplinares para nossos atuais problemas econômicos requer o fim da economia como a base predominante da política nacional”,<sup>35</sup> é a afirmação de alguém que procura ig-

norar as dimensões do poder, na esperança de escapar ao jugo econômico ou das suas conseqüências sobre o futuro dos povos. A economia não pode ser reduzida a uma simples disciplina contábil. A economia política é a razão do poder no mundo e, por si mesma, já aborda múltiplas disciplinas que condicionam os nossos problemas atuais e, principalmente, os econômicos. A transformação radical não se dará por uma simples mudança de enfoque. Pois a dimensão econômica é uma das bases de sustentação da civilização, e, por isso, a sua força na determinação da qualidade das relações sociais e na subjunção da ciência. O sistema mundial, numa visão holística, é mais amplo e mais poderoso do que os seus agentes momentâneos, pois ele é um processo dialético. E movimentos naturais de resistência ou de readaptação, como o feminismo, o movimento por melhoria de saúde, o movimento ecológico e tantos outros pretensamente articulados à margem das instituições de poder, ainda que justificáveis nas suas preocupações sociais, e mesmo que apoiados “por um certo número de movimentos espirituais que reenfati-zam a busca de um significado e a dimensão espiritual da vida”,<sup>36</sup> não fazem uma revolução. Podem ser *sintomas* de um distúrbio grave, mas não representam o ponto de mutação. Da mesma forma os movimentos

Serve-nos de exemplo o bolchevismo: com a ideologia científica do proletariado, sob a inspiração marxista-leninista, o bolchevismo surge como a antiideologia, tanto ao tzarismo quanto ao imperialismo ocidental.



sociais, vistos equivocadamente, das décadas de 60 e 70 *não representam* a cultura nascente,<sup>37</sup> mas fazem parte da cultura decadente. Entretanto, concordo com Capra em afirmações expressas no parágrafo final, fazendo, por mim, uma pequena retificação:

Os partidos democrata e republicano, assim como as tradicionais esquerda e direita na maioria dos países europeus, a Chrysler Corporation, a Maioria Moral e a maior parte de nossas instituições acadêmicas participam todos da cultura declinante. [...] Enquanto a transformação está ocorrendo, a cultura declinante recusa-se a mudar, aferrando-se cada vez mais obstinada e rigidamente a suas idéias obsoletas; as instituições sociais dominantes tampouco cederão seus papéis de protagonistas às novas forças culturais. Mas seu declínio continuará inevitavelmente, e elas acabarão por desintegrar-se, ao mesmo tempo em que [uma nova cultura nascerá e assumirá o seu papel de liderança].<sup>38</sup>

Entre os que cito neste trabalho, tomo Capra como exemplo desse *pensamento em crise*. Na análise *moral* que ele faz da ciência moderna — *que sintetiza o predomínio científico do Ocidente*, e, particularmente da economia — interpreto em Capra a expressão da angústia de uma cultura que atingiu o seu ponto de saturação social, logo, aflita com o seu futuro, pretendendo *ler nas estrelas* o seu vir-a-ser. Essa visão holística e transcendental, como fator de mutação radical, é registrada por Capra ao final do seu livro, *O tao da física*:

Creio que a visão de mundo decorrente da Física moderna é inconsistente com a sociedade atual, que não reflete o estado de inter-relação harmoniosa que observamos na natureza. Para alcançar um tal estado de equilíbrio dinâmico, será necessária uma estrutura social e econômica radicalmente diferente, ou seja, uma revolução cultural no verdadeiro sentido da expressão. A sobrevivência de nossa civilização pode depender da efetivação ou não dessa transformação. Dependerá, em última instância, de nossa habilidade em adotarmos algumas das atitudes yin do misticismo oriental, em experimentarmos a natureza em sua totalidade, e a arte de com ela convivermos em harmonia.<sup>39</sup>

No entanto, o que existe de harmonioso na natureza resulta sempre de um equilíbrio de forças. A essência do Universo é um sistema de energia em permanente transformação. O equilíbrio é um momento singular de configuração dessa energia processual, que nunca é estática. Essa energia tem como constante o movimento, tanto do Universo, quanto no interior da matéria, como na história humana. Esse movimento segue momentos de equilíbrio entre as forças envolvidas e instantes de rupturas pelo adensamento desigual dessa energia processual. Por sua vez, a energia que rompe o equilíbrio produz,

também, uma energia provocada pela destruição e que cria um novo ordenamento de forças. Ou uma nova configuração sistêmica. A natureza criativa desse processo pode conduzir para um fenômeno qualitativamente ascendente ou qualitativamente decadente, dependendo de estar o sistema, na sua totalidade, em desenvolvimento ascendente ou decadente. Naturalmente, essa apreciação qualitativa está relacionada com a perspectiva humana do fenômeno universal. Por isso, a transição é sempre uma crise sistêmica. A humanidade está vivendo um desses momentos.

Mas a solução para a crise do paradigma ocidental estará numa reabsorção do misticismo oriental? Ou num simples rearranjo *multicivilizacional* do poder mundial, embutido no próprio sistema e desconsiderando as dicotomias sociais, jogadas ao mundo da barbárie? Acredito que a dualidade Ocidente/Oriente simplesmente reflete uma situação de poder estabelecida no mundo, como uma doutrina *ocidentalista*, ou seja, a supremacia de alguns países europeus, francos, germânicos, normandos, anglo-saxões, como herdeiros de uma parte — que se chamou a parte ocidental — do antigo império romano, que se constituíram como povos e civilizações do Oeste da Europa e da Europa mediterrânea. Exatamente a Europa conquistadora. É uma herança étnica daqueles povos bárbaros que se apropriaram da cultura greco-romana e da religião judaico-cristã, com essas realizando um sincretismo ideológico que se transformou na *civilização ocidental*. Nos *nosso valores ocidentais*. Tanto que a separação *geográfica* desses dois *mundos* é estabelecida por uma linha imaginária que passa por um subúrbio de Londres — o meridiano de Greenwich. A crise dessa civilização, no entanto, está provocando um reformismo mundial que tende, ainda, não para a ruptura revolucionária daquela dualidade, senão para afirmar o predomínio da doutrina *ocidentalista*. A manutenção da dualidade é essencial para a manutenção das relações de poder. No entanto, está havendo um deslocamento fictício dessa dualidade geográfica, que separa povos dominantes e povos dominados, da relação Oeste-Leste para a relação Norte-Sul. Porém, a égide doutrinária não se altera, senão que se acentua: o *ocidentalismo* como modelo absoluto. Porém, o *ocidentalismo* hoje não é um referencial geográfico, mas é um referencial sistêmico que abrange o mundo todo. Constitui um apogeu histórico total. A história da Europa ocidental tornou-se o referencial da história do todos.

Contudo — e essa é a sua fase suprema, por sua hegemonia mundial absoluta — é um paradigma cuja



saturação atinge, senão o limite da ruptura, pelo menos o da inflexão do seu desenvolvimento. No entanto, as forças sociais e mundiais que devem transpô-lo ainda estão desarticuladas. Enquanto isso, o capitalismo, na sua fase imperial, transpõe as fronteiras nacionais para a constituição dos Estados continentais, onde buscará o seu fortalecimento para mais um estágio de supremacia e dominação. Por esse caminho também deverão transitar as forças que podem liquidá-lo. Com a sua expansão mundial, a crise social atinge o coração do sistema. A civilização do trabalho, na sua fase capitalista, por sua natureza, não pode socializar-se nem democratizar-se como economia sem descaracterizar-se definitivamente.

Também, na fase atual, o sistema terá dificuldades em impedir a democratização relativa do Estado, como instrumento de poder e regulador de direitos. Embora a concentração de *direitos* no estreito topo dilua e reduza os *direitos* da extensa base social, como conseqüência natural, simultânea, da crise sistêmica e da supremacia do capitalismo, que acentuam a crise estrutural do trabalho e a marginalização, ainda assim o sistema atém-se ao formalismo da democracia representativa, mantendo a coesão social com a manipulação da informação e o controle das fontes de subsistência qualificada. Qualquer forma ditatorial do poder, como as que presidiram as fases anteriores do capitalismo, para ter alguma permanência, terá agora que fazer grandes concessões para a gigantesca massa dos despossuídos ou dos descapitalizados, o que contraria os interesses e a tendência mundial do capital e dos seus centros de poder, uma vez que a democracia representativa restringe-se ao território local e nacional. Por essa razão, como sistema de governo, aparentemente fortaleceu-se a democracia representativa, com a absorção dos chamados *partidos de esquerda*, que perderam o seu *ethos* revolucionário. Porém, as pressões sociais crescerão sobre esse Estado e tensionarão as mínimas relações de estabilidade. O Estado estará em contínua reforma, abalado seguidamente pela crise processual. Como anteparo, o sistema mundial joga com a manipulação dos institutos formais da representação democrática e com a ditadura dos aparelhos de informação para manter o controle ideológico da coesão social. Para estes, o modelo de civilização é o do Ocidente, essa roupagem cultural estratificada. Logo, também qualquer movimento revolucionário de ruptura precisará, antes, definir um outro sistema econômico e uma nova institucionalidade. Ou seja, *fundar um novo Estado*. No entanto, a sua proposta civilizatória terá que ser, não apenas viável, mas superior ao modelo que se quer liquidar. A recomposição de uma perspectiva revolucionária exigirá uma reformulação teórica.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Lester C. Thurow, *O futuro do capitalismo* (Rio de Janeiro: Edit. Rocco, 1997), p. 13.
- <sup>2</sup> *Ibid.*, p. 15.
- <sup>3</sup> Aproveito essa oportuna expressão da obra do Prof. Marcos Del Roio, *O Império universal e seus antípodas* Tese de doutorado, 1995 São Paulo.
- <sup>4</sup> *Ibid.*, p. 2.
- <sup>5</sup> Giovanni Arrighi, *O longo século XX* (São Paulo: Ed. Unesp, 1997), p. 371.
- <sup>6</sup> Ervin Laszlo, *A crise final* (Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989), p. 140.
- <sup>7</sup> Fritjof Capra, *O ponto de mutação* (São Paulo: Ed. Cultrix, 1994), p. 19.
- <sup>8</sup> René Dumont, *Um mundo intolerável* (Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989), p. 9.
- <sup>9</sup> Robert Kurz, *O colapso da modernização* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra 1992).
- <sup>10</sup> David Harvey, *Condição pós-moderna* (São Paulo: Ed. Loyola, 1992), p. 97.
- <sup>11</sup> Paul Kennedy, *Preparando para o século XXI* (Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1993), p. 353.
- <sup>12</sup> Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem* (Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992), p. 406.
- <sup>13</sup> Viviane Forrester, *O horror econômico* (São Paulo: Ed. Unesp, 1997).
- <sup>14</sup> Ver, Antônio Rezk, "A transformação estrutural da sociedade" em *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, São Paulo, vol. 5, nº 3, julho/setembro, 1991; também o Manifesto do Movimento Humanismo e Democracia, *As transformações da humanidade e o papel do Brasil* (São Paulo, 1992), e, ainda, a coletânea publicada pelo Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas-Ipsa, *A revolução tecnológica e os novos paradigmas da sociedade* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1994).
- <sup>15</sup> Jean-Christophe Rufin, *O império e os novos bárbaros* (Rio de Janeiro: Ed. Record, 1991).
- <sup>16</sup> Lênin, *As três fontes do marxismo*, (São Paulo: Global Editora, 1980), p. 15.
- <sup>17</sup> Cf. Alberto Guerreiro Ramos, "O modelo econômico brasileiro: uma apreciação à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais", em *Cadernos de Pós-Graduação em Administração* (Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 1980), p. 5.
- <sup>18</sup> Giovanni Arrighi, *op. cit.*, p. 11.
- <sup>19</sup> *Ibidem*.
- <sup>20</sup> Marcos Del Roio, *op. cit.*, p. 13.
- <sup>21</sup> Robert Kurz, *O colapso da modernização* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992), pp. 57-58.
- <sup>22</sup> Samuel P. Huntington, *O choque de civilizações* (São Paulo: Ed. Objetiva, 1997), p. 69.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, p. 29.
- <sup>24</sup> *Ibid.*, pg. 19.
- <sup>25</sup> *Ibid.*, pp. 158-159.
- <sup>26</sup> *Ibid.*, p. 395.
- <sup>27</sup> *Ibid.*, p. 410.
- <sup>28</sup> Arthur Rosenberg, *História do bolchevismo* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989), p. 95.
- <sup>29</sup> Lênin, "Algumas teses" em *Obras completas*, Vol. XXIII (México: Akal Editor), p. 33.
- <sup>30</sup> Robert Kurz, *op. cit.* p. 32, notas.
- <sup>31</sup> Ver Fritjof Capra, *O tao da física* (São Paulo: Ed. Cultrix, 1993); *O ponto de mutação* (São Paulo: Editora Cultrix, 1994).
- <sup>32</sup> Fritjof Capra, "Prefácio", em *O tao da física*, cit., p. 13.
- <sup>33</sup> *Ibid.*, p. 17.
- <sup>34</sup> Fritjof Capra, *O ponto de mutação*, cit., p. 384.
- <sup>35</sup> *Ibidem*.
- <sup>36</sup> *Ibid.*, p. 406.
- <sup>37</sup> *Ibid.*, p. 409.
- <sup>38</sup> *Ibidem*.
- <sup>39</sup> Fritjof Capra, *O tao da física*, cit., p. 229.